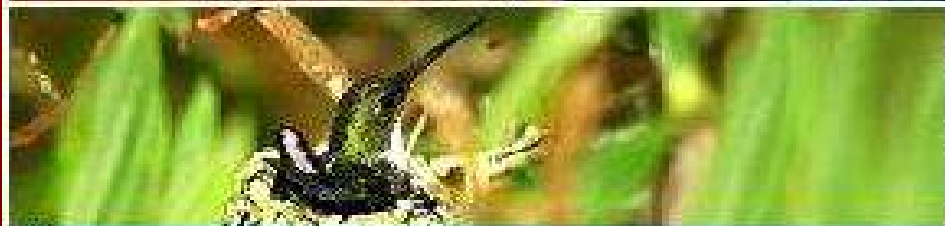




# **CONFLITOS SÓCIO- AMBIENTAIS NA LÓGICA DA JUSTIÇA AMBIENTAL**

**Marcelo Firpo Porto (marcelo.firpo@ensp.fiocruz.br)**

**CESTEH/ ENSP/FIOCRUZ**



O que existe em comum entre uma comunidade indígena que está sendo afetada na Amazônia pela construção de barragens hidrelétricas, e os moradores de um conjunto habitacional popular em São Paulo construído em cima de uma área onde durante décadas resíduos industriais perigosos foram enterrados sem o menor cuidado?

Ou então entre os trabalhadores extrativistas que convivem e dependem dos frutos da natureza, mas são afetados em sua sobrevivência e integridade por grileiros, madeireiras e o agronegócio, com os trabalhadores que adoecem e morrem em função da exposição a substâncias perigosas como o amianto e os POP's (poluentes orgânicos persistentes)?

Ou ainda entre indígenas, pequenos agricultores e quilombolas, os quais têm sua saúde, cultura e subsistência ameaçadas pela expansão da monocultura do eucalipto para a produção de celulose ou siderúrgicas, e moradores das periferias urbanas em áreas de risco sem saneamento próximas a fábricas poluentes – as “zonas de sacrifício” que as populações pobres são forçadas a morar?

# Três vertentes atuais do ambientalismo

- (i) **Vertente *conservacionista***, é marcada por uma visão preservacionista e romântica da natureza, a qual despreza a dimensão humana e social da questão ambiental, focando sua preocupação exclusivamente na preservação das florestas, da biodiversidade e dos animais em extinção;
- (ii) **“*Evangelho da eco-eficiência*”**, prioriza a internalização de custos e práticas gerenciais ambientais “limpas” à lógica do desenvolvimento capitalista, colocando nas mãos das instituições, especialistas e tecnoburocracias a responsabilidade pela implementação dos critérios e políticas que conduzirão ao “desenvolvimento sustentável”.
- (iii) **O movimento pela justiça ambiental** – ou *ambientalismo popular* vem se colocando como alternativa crítica às duas outras correntes hegemônicas no interior do movimento ambientalista

# O movimento pela justiça ambiental

*O movimento pela justiça ambiental (JA) propõe articular o movimento ambientalista desenvolvido nas últimas décadas com a luta contra dinâmicas discriminatórias que colocam sobre o ombro de determinados grupos populacionais os malefícios do desenvolvimento econômico e industrial. Ele vem se constituindo num importante exemplo de resistência aos efeitos nefastos de um capitalismo globalizado, o qual utiliza sua crescente liberdade locacional de investimentos entre regiões e planetas para inibir a construção de parâmetros sociais, ambientais, sanitários e culturais direcionadores do desenvolvimento econômico e tecnológico. (Porto, 2005)*

**Injustiça ambiental:** *“o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis”*.

**Justiça ambiental :** entendido por um conjunto de princípios e práticas que asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial, de classe ou gênero, *“suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas”*, assegurando assim tanto o acesso justo e eqüitativo aos recursos ambientais do país, quanto o acesso amplo às informações relevantes que lhes dizem respeito e favorecendo a constituição de movimentos e sujeitos coletivos na construção de modelos alternativos e democráticos de desenvolvimento.

## **Populações envolvidas e atingidas em situações de injustiça ambiental.**

- Crianças
- Mulheres
- Populações indígenas
- Populações litorâneas e ribeirinhas (pescadores e caiçaras)
- Populações urbanas
- Quilombolas e afrodescendentes
- Trabalhadores/as e populações rurais
- Trabalhadores/as extrativistas
- Trabalhadores/as industriais e urbanos/as

## Fase 1 (Histórica): Definição e geração

**Desenvolvimento** Econômico e Tecnológico  
**Regulação** e “legitimação” dos riscos

## Fase 2 (Operacional): Exposição

Situações de Risco  
Gestão Ambiental e Controle de Riscos

## Fase 3 (das Conseqüências): Efeitos

**Eventos de Riscos**  
Produção de acidentes, doenças e contaminações ambientais  
Medidas reparadoras (Mitigação)

Feed-back: aprendizado coletivo para a prevenção de riscos, a promoção da saúde e da justiça ambiental

Reorientação das Práticas Regulatórias e dos Modelos de Desenvolvimento

Reorientação dos modelos e práticas de gestão

Reorientação das medidas mitigadoras e reparadoras

CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS

# ECOLOGIA POLÍTICA

**A *Ecologia Política* realiza a crítica dos fundamentos filosóficos da economia neo-clássica através de questões como os conflitos distributivos e a incomensurabilidade dos valores ambientais, ao mesmo tempo em que busca avançar sobre a economia política de tradição marxista ao incorporar questões ecológicas no entendimento das dinâmicas econômicas e de poder que caracterizam as sociedades modernas. (Martinez-Allier, 2002; O'Connor, 1996)**

**A dialética entre centro e periferia nos territórios e as tendências históricas para a centralização social e a hierarquia institucional são repensadas à luz da sustentabilidade (Mc'Noogle, 1996). Esta dialética centro-periferia refere-se à existência de concentração de poder político e econômico, e por consequência à discrepância entre os que se beneficiam e os que recebem as cargas negativas do desenvolvimento econômico.**

**Tal dialética pode ser percebida, de um lado, no espaço político-institucional por meio de processos decisórios que tendem a excluir a participação e os interesses dos afetados pelas decisões; de outro lado, no espaço geográfico através da conformação nos territórios de áreas ricas e “salubres” isoladas daquelas pobres, sem infra-estrutura básica de serviços, perigosas e insalubres.**

## Objetivos da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)

- Promover o intercâmbio e troca de experiências, reflexões teóricas, análises de contexto e elaboração de estratégias de ação entre múltiplos atores de lutas ambientais, inclusive através de assessorias aos grupos atingidos por parte de profissionais da área ambiental, social e de saúde que atuam junto à Rede;
- Aproximar pesquisadores e ativistas sociais brasileiros, encorajando-os a formarem parcerias para o trabalho conjunto;
- Criar agendas nacionais e regionais de pesquisa e ação com vistas a enfrentar casos concretos de injustiça ambiental e elaborar propostas políticas e demandas endereçadas ao poder público;
- Articular o campo dos direitos humanos com conflitos sócio-ambientais decorrentes dos novos ciclos de investimento econômico e apropriação privada dos recursos naturais que produzem exclusão e expropriação.

# ECONOMIA ECOLÓGICA

\* **Economia da sustentabilidade**, através de esforços colaborativos e transdisciplinares voltados a “*estender e integrar o estudo e gestão do ‘lar da natureza’ (ecologia) e o ‘lar da humanidade’ (economia)*”

\* **Exemplos de temas**: novos indicadores e índices de (in)sustentabilidade da economia; a valoração dos serviços ambientais, tanto em termos monetários mas reconhecendo seus limites ao discutir a incomensurabilidade dos valores e a aplicação de métodos multicriteriais; a análise dos riscos, as incertezas, a complexidade e os limites da ciência normal para enfrentá-los; comércio internacional, degradação sócio-ambiental e dívida ecológica; o debate sobre “desmaterialização” da sociedade e dos processos produtivos; os instrumentos de política ambiental baseados no princípio da precaução, dentre outros.

\* **Metabolismo social**: Ele liga as ciências naturais às ciências sociais e à história da humanidade e expressa a idéia de que a economia pode ser vista a partir da relação entre o metabolismo de fluxos de energias e materiais dos sistemas de produção e dos fluxos comerciais.

\* **Perfis Metabólicos e Comércio Desigual**: Quando se produz e exporta uma tonelada de soja, carne bovina, ferro, aço ou alumínio, quanto de energia, materiais e recursos naturais como água foram consumidos ? Como os processos de dissipação e desintegração produziram impactos ambientais em função do uso de recursos, agrotóxicos e irrigação? Este mesmo raciocínio pode ser aplicado para o trabalho humano: quantas vidas humanas foram afetadas por doenças, mortes e condições de vida precárias pelos sistemas produtivos que geraram tais produtos?

# Uma Tipologia dos Conflitos Sócio-Ambientais no Brasil

**Atividades geradoras de injustiça ambiental:** Inclui as principais atividades e situações geradoras de riscos e conflitos entre populações, trabalhadores/as, entidades, governo, empresas e setores econômicos.

- **Atividades de produção agrícola e animal**
- Atividades pesqueiras e carcinicultura
- Madeireiras
- Monocultura, agrotóxicos e transgênicos
- Outras

## **Monoculturas de árvores criam "desertos verdes" no país**

*“ A substituição de ecossistemas inteiros por monoculturas de árvores também foi tema de uma forte denúncia na COP-8. Movimentos e organizações que se agregam na Rede Latino-americana contra as Monoculturas de Árvores (Recoma) estiveram em Curitiba para afirmar que as chamadas “florestas plantadas” – eucalipto e pinus, por exemplo – são de fato áreas desérticas, em que a biodiversidade é eliminada, assim como os recursos hídricos.”*

## **Aracruz Celulose agora coopta produtores do RJ para plantar eucalipto**

*“ A Aracruz Celulose anunciou que desenvolverá no Rio de Janeiro o seu Programa Produtor Florestal. O programa é prejudicial ao pequeno produtor, pois o eucalipto rende 25 vezes menos que o plantio de culturas tradicionais, como as hortaliças, como foi provado em pesquisa realizada no Espírito Santo. A empresa se apoderou de terras dos índios, dos quilombolas e de pequenos proprietários capixabas .”*

## ***Agrotóxicos utilizados na lavoura da soja contaminam trabalhadores de dez municípios no Cerrado do Piauí***

*O Diretor de Política Salarial da Fetag, do Piauí, Anfrísio Moura Neto, denunciou ao Ministério do Trabalho que 15 trabalhadores rurais do município de Ribeiro Gonçalves, a 583 quilômetros de Teresina, morreram contaminados por agrotóxicos, 50 estão doentes e, provavelmente, todos os trabalhadores dos dez municípios que compreende o Cerrado piauiense. O agrotóxico também vem contribuindo para nascimento de crianças mutiladas e já matou, no município de Uruçuí e Ribeiro Gonçalves, dois riachos e o rio Uruçuí Preto, sustentáculo da região, também está contaminado. Os agrotóxicos são usados nas fazendas dos produtores de soja, oriundos do Sul do Brasil, sem nenhum critério. Na defesa dos produtores, saíram os prefeitos de Uruçuí, Chico Filho e de Ribeiro Gonçalves, João Batista. Na entrevista abaixo, Anfrísio Moura Neto fala da gravidade do problema.*

## ***Transgênicos podem ter contaminação***

*Curitiba - Análises laboratoriais feitas na Universidade Federal do Paraná (UFPR) sugerem que a soja transgênica tem mais propabilidade de estar contaminada com elevados resíduos de agrotóxicos do que a convencional. De 23 amostras de soja modificada geneticamente, enviadas para análise pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab), 17 apresentaram resíduos de glifosato e de seu metabólito AMP (ácido aminomedilfosfonico), agrotóxico cuja aplicação na soja pós-emergente (planta desenvolvida) era proibido antes da aprovação da lei de Biossegurança.*

## Atividades de extração mineral e produção industrial

- **Indústria química e do petróleo**
  - **Mineração, garimpos e siderurgia**
  - **Outras**
- 
- **Um grito de alerta: América do Sul apresenta sua visão sobre a Petrobras**
  - *“Acaba de ser lançado para toda a América do Sul o livro **Petrobras: integración o explotación?**, uma edição em espanhol publicada pelo Projeto Brasil Sustentável/FASE. A escolha do idioma se deve à necessidade de dialogar com os movimentos dos países para onde a Petrobras se expande neste momento. Não obstante, há planos para uma edição em português.*
  - *O livro-denúncia é composto por artigos em que se apresenta os impactos e os riscos para o meio ambiente e para populações camponesas e povos tradicionais que se escondem por trás da atividade da Petrobras em nosso continente. Tudo começou com denúncias de movimentos sociais equatorianos, recebidas em 2004 pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental. No livro, há relatos sobre Colômbia, Argentina, Peru, Bolívia e Equador.”*
- 
- **Petrobras é contestada pelo governo do Equador**
  - *A região que o antigo governo do Equador, já deposto, lhe concedeu para exploração fica dentro de um parque nacional, de nome Yasuni. Como se sabe, pela lei brasileira a Petrobrás não poderia explorar petróleo em um parque nacional ou reserva ambiental. No Equador, apenas porque falta lei semelhante, a empresa se sente livre de qualquer problema ético para fazer o mesmo que está impedida de fazer no Brasil. Com isso, ameaça uma Reserva da Biosfera, declarada pela ONU, e uma área em que vivem povos indígenas originais. Muitos deles não tiveram ainda contato regular com não índios, o que torna ainda pior o potencial de estrago antropológico que a empresa pode fazer na sua*

## **Atividades de extração mineral e produção industrial**

### **Thyssen Krupp e Vale na mira de ecologistas e pescadores em Sepetiba (6/5/2006) *Barqueata no domingo alertará para risco de megadragagem para nova siderúrgica repetir catástrofe ambiental na região***

*Pescadores, ambientalistas e moradores da região da Baía de Sepetiba, situada entre a Zona Oeste do Rio e a Costa Verde Fluminense, iniciam amanhã campanha contra a dragagem de 21.810.000 m<sup>3</sup> (vinte e um milhões, oitocentos e dez mil metros cúbicos) de material para construção de uma siderúrgica e de um terminal portuário da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), resultado de uma associação da empresa alemã ThyssenKrupp Steel (TKS) com a Vale do Rio Doce (CVRD), que pretende produzir cerca de 4,8 milhões de toneladas de placas de aço por ano para exportação.*

### ***Pesquisadores são intimidados por darem parecer sobre siderúrgica no Pantanal***

*Oi Pessoal,*

*Mais uma barbaridade está acontecendo em Corumbá, MS. Pesquisadores da Embrapa e UFMS estão sendo perseguidos e ameaçados por terem feito um parecer técnico sobre o RIMA da siderúrgica EBX, do empresário Eike Batista. O parecer foi solicitado oficialmente pela órgão licenciador (Sema/Imap) e Ministério Público Estadual e agora os pesquisadores são obrigados a ouvir de carros de som que rodam a cidade inteiras frases como:*

***“Fora ambientalistas!”, “Fora os que não querem o desenvolvimento de Corumbá!”, “Vamos expulsá-los à bala!”, “Eles ganham em dólar!”, “São ligados a organizações internacionais”, “São marajás, que ficam encastelados em suas boas casas, enquanto você trabalhador desempregado está passando necessidade...”***

*E para ser mais vergonhosa esta situação o carro de som tem a marca da prefeitura de Corumbá liderada pelo PT. Peço a todos que ajudem na divulgação desse fato que vai contra tudo aquilo que lutamos e acreditamos. Em anexo e logo abaixo segue um texto da bióloga Débora Calheiros, uma das pesquisadoras que participou da elaboração do parecer.*

## Conflitos associados à produção de energia e grandes obras de infra-estrutura

- *Vidas suspensas: Há sete anos, 924 famílias esperam desfecho do projeto da hidrelétrica de Murta, no Jequitinhonha, para saber onde vão morar*

*Coronel Murta – Uma visita à casa da família Pego se enquadra naquelas situações em que pessoas da classe média chegam a se admirar da capacidade que muitos pobres têm de morar e viver com dignidade a ponto de darem uma lição de vida aos mais abastados. Canteiros de flores sortidas na entrada, nenhuma sujeira nas paredes caiadas de branco, o chão batido dos cômodos cuidadosamente varrido e um brilho incomum nas panelas dependuradas. Há quase sete anos, no entanto, a família está mergulhada na incerteza sobre o lugar de viver que o futuro lhe reserva. Desde outubro de 1998, quando começou a tramitar o licenciamento ambiental da hidrelétrica de Murta, os Pego e outras 923 famílias vivem a ameaça de deslocamento compulsório para dar lugar ao lago da usina. Reclamam da concessionária da futura usina, a Murta Energética, um projeto minimamente detalhado de reassentamento.*

# Termopantanal

*Olá Pessoal,*

*Como vcs podem perceber a pressão política está agilizando o processo de licenciamento da Termopantanal e provavelmente de outras indústrias que estão previstas para Corumbá. Nesta matéria está dizendo que a usina terá uma potência total de 88MW. A licença previa que foi assinada é para um turbina de 44 MW. Em nenhum momento durante a audiência pública o empreendedor mencionou que a potência da usina seria maior que 44 o que a UTE seria ampliada posteriormente.*

*Durante audiência pública realizada no dia 15 de agosto foram apontadas falhas no EIA/RIMA por pesquisadores que analisaram o Estudo. Foram produzidos três parecer técnico do EIA/RIMA, um dos pesquisadores de Corumbá, um da Ecoa e outro do Ministério Público Federal e todos apontam erros e que o Estudo deveria ser refeito para corrigir as falhas para somente depois o empreendimento ser licenciado. Nada foi considerado pelo Ibama e em 10 dias a licença é assinada!!!!*

*Se continuar nesse ritmo Corumbá será "Corumbatão" mais rápido do que todos imaginam.*

*OBS: Estou indignada!! Mas quanto maior minha indignação mais vontade tenho de trabalhar para reverter esses processos "democráticos e participativos" onde as decisões vem de cima para baixo ignorando a tudo e a todos.*

- **Atividades relacionadas a descarte de rejeitos e poluição**
- Acidentes químicos ambientais
- Contaminação por substâncias perigosas
- Lixo e resíduos industriais
- Outras

**Quadro 4.1 – Número de áreas com populações sob risco de exposição a solo contaminado no Brasil por Região e Estado, 2005**

	<b>Número de áreas levantadas</b>
<b>Brasil (BR)</b>	<b>703</b>
<b>Região Norte (N)</b>	<b>87</b>
Rondônia (RO)	12
Acre (AC)	10
Amazonas (AM)	15
Roraima (RR)	11
Pará (PA)	10
Amapá (AP)	11
Tocantins (TO)	18
<b>Região Nordeste (NE)</b>	<b>192</b>
Maranhão (MA)	11
Piauí (PI)	7
Ceará (CE)	13
Rio Grande do Norte (RN)	21
Paraíba (PB)	13
Pernambuco (PE)	84
Alagoas (AL)	11
Sergipe (SE)	9
Bahia (BA)	23
<b>Região Sudeste (SE)</b>	<b>285</b>
Minas Gerais (MG)	42
Espírito Santo (ES)	16
Rio de Janeiro (RJ)	70
São Paulo (SP)	157
<b>Região Sul (S)</b>	<b>59</b>
Paraná (PR)	24
Santa Catarina (SC)	30
Rio Grande do Sul (RS)	70
São Paulo (SP)	157

- **Conflitos urbanos associados à moradia e infra-estrutura das cidades**

A CETESB – órgão ambiental estadual- contabilizou 1.596 áreas contaminadas, número bem maior que as 157 áreas levantadas pelo programa VIGISOLO do Ministério da Saúde para o mesmo estado. A origem das áreas contaminadas está relacionada basicamente ao manejo inadequado de substâncias perigosas, com destaque para os postos de combustíveis com 1.164 registros (73% do total), seguidos das atividades industriais com 254 (16%), das atividades comerciais com 95 (6%), das instalações para destinação de resíduos com 64 (4%) e dos casos de acidentes e fonte de contaminação de origem desconhecida com 19 (1%).

### **Caso da contaminação da Rhodia na Baixada Santista:**

Empresa produzia agrotóxicos no pólo industrial de Cubatão. Durante anos o lixo altamente tóxico da fábrica foi depositado de forma clandestina ao longo de duas rodovias da região nos municípios de Cubatão, São Vicente e Itanhaém, estimando-se em 12 mil toneladas de resíduos contendo vários POP's (poluentes orgânicos persistentes) que contaminaram cerca de 300 mil toneladas de solos e águas subterrâneas, além de inúmeros trabalhadores contaminados. Este conflito gerou um movimento organizado que constitui-se numa das principais ONG's ambientalistas da América Latina, a ACPO (Associação de Combate aos Poluentes), formada principalmente por ex-trabalhadores da empresa que lutam contra a poluição química no país e no mundo.

### **A contaminação por chumbo e cádmio em Santo Amaro da Purificação, Bahia.**

Entre 1958 a 1993 a COBRAC - Companhia Brasileira de Chumbo -, subsidiária da francesa PENARROYA Oxide S.A., produziu e comercializou cerca de 900 mil toneladas de liga de chumbo, faturou cerca de US\$450 milhões e gerou um passivo ambiental de milhões de toneladas de rejeito e cerca de 500 mil toneladas de escória com 3% de concentração de chumbo.

### **Outros casos:**

- \* A contaminação pelos “drins” (organoclorados Aldrin, Endrin e Dieldrin) liberados numa região de chácaras em Paulínia/SP pela fábrica da Shell.
- \* Cidade dos Meninos em Duque de Caxias: 40 toneladas de pesticida (HCH) “abandonadas”
- \* O acidente radioativo de Goiânia com o Césio
- \* Lixões e o Movimento de Catadores de Materiais Recicláveis

**Experiências (pro)positivas:** Ações e mobilizações propositivas de entidades e grupos em torno de conflitos socioambientais, voltadas a dar visibilidade e implementar experiências na direção da justiça ambiental.

- Ações judiciais vitoriosas
- Arte e cultura
- Articulações internacionais
- Cooperativismo popular e autogestão
- Demarcação de terras (indígenas, extrativistas e quilombolas)
- Direitos humanos
- Ecologia Urbana: saneamento e infraestrutura em áreas das periferias urbanas
- Educação ambiental
- Energias alternativas
- Produção agrícola familiar
- Reassentamentos e auto-assentamentos
- Reciclagem
- Remediação de áreas contaminadas
- Reservas extrativistas e indígenas sustentáveis
- Sistemas agroecológicos ou agroflorestais
- Turismo comunitário

# Referências Bibliográficas

[www.justicaambiental.org.br](http://www.justicaambiental.org.br)

Acsegrad H, Herculano S & Pádua JA 2004. Justiça Ambiental e Cidadania. Ed. Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 312 pp.

Bullard R 1994. Dumping in Dixie: Race, Class and Environmental Quality. Boulder Westview Press, 247 pp

Conti L 1986. Ecologia, capital, trabalho e ambiente. Ed. Hucitec, São Paulo.

Freitas CM 2003. Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais. *Ciência&Saúde Coletiva* 8(1):137-150.

M'Gonigle RM 1999. Ecological economics and political ecology: towards a necessary synthesis. *Ecological Economics* 28: 11-26.

Martinez-Alier J 2002. The environmentalism of the poor: a study of ecological conflicts and valuation. Edward Elgar Press, Cheltenham, 325 pp.

O'Connor M 1994. Is capitalism sustainable? Political Economy and the Politics of Ecology. Guilford, New York, 284 pp.

Pádua JÁ 2002. Um Sopro de Destruição: Pensamento, Política e Crítica Ambiental no Brasil Escravista – 1786/1888. Jorge Zahar Editor, 318p.

Porto, M.F.S. Saúde do Trabalhador e o Desafio Ambiental: Contribuições do Enfoque Ecosocial, da Ecologia Política e do Movimento pela Justiça Ambiental. *Ciência & Saúde Coletiva*,10: 829-839, 2005.